



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XII (2011)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Rumando a história

Joaquim Romero Magalhães

Como Citar | How to Cite

Magalhães, Joaquim Romero. 2011. «Rumando a história». *Anais de História de Além-Mar* XII: 345-348.
<https://doi.org/10.57759/aham2011.37238>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2011. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2011. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

RUMANDO A HISTÓRIA

por

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES*

Os estudos de cartografia têm sofrido em Portugal de atrasos inexplicáveis. Poucos e intermitentes cultores que, para piorar as coisas, nem sequer entre si estabeleceram relações que facilitassem a continuidade dos estudos. Há falhas, há saltos entre alguns períodos. Sequer a aproximação entre contemporâneos sempre se efectuou. Houve cultores isolados, que produziram os seus estudos sem a indispensável ligação com outros. Depois de Duarte Leite (1864-1950), de Jaime Cortesão (1884-1960), de Armando Cortesão (1891-1977) e de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982), ficam os estudos de cartografia antiga sobretudo com Max Justo Guedes (1927-2011), marinheiro brasileiro que era também um fino historiador. Há que colocá-lo na linha de A. Fontoura da Costa e outros oficiais da armada que à história da náutica e da navegação muito se dedicaram e que muitos ensinamentos deixaram. Porque se trata de saberes que exigem um domínio do ofício que não está ao alcance de qualquer amador, sempre se encontraram entre os matemáticos e os marinheiros os seus mais hábeis cultores.

Max Justo Guedes, mineiro natural de São João d'El-Rei (1927), filho de oficial do Exército – general Guedes, companheiro do marechal Rondon –, foi em simultâneo um marinheiro, um organizador de serviços (como o notável Museu Naval do Rio de Janeiro, com o anexo Espaço Cultural da Marinha e ilha Fiscal) e um notável historiador. Historiador que não se pode dizer que tenha começado cedo uma actividade muito extensa. Só a partir de 1963 as suas publicações começam a surgir regularmente, abrangendo todos os séculos da história do Brasil, num total de mais de 120 publicações. Porque em todo o longo percurso de cinco centúrias se encontrava à vontade como experimentado explorador.

Ainda muito jovem, aluno da Escola Naval, em 1946, sentiu-se atraído pelo estudo da cartografia antiga. Para o que entendeu dever preparar-se. E abordou Jaime Cortesão, então a leccionar História da Cartografia e Formação Territorial do Brasil no Instituto Rio Branco do Itamaraty, pedindo-lhe que o deixasse assistir às suas aulas. O curso de Cortesão era destinado à

* Professor jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

formação de diplomatas, e não estava aberto ao público ou aos curiosos. O jovem Max teve de se submeter a um interrogatório por parte do Mestre, que acabou por considerá-lo apto a seguir as suas lições. Dessa iniciação manteria viva memória e grata recordação. Terá sido o mais próximo discípulo de Cortesão, que multiplicaria os seus ensinamentos por quantos dele se aproximaram. Mas carreira de historiador que não se concretizou de imediato. Max Justo Guedes foi um nauta embarcado, que percorreu os mares do Brasil e do Mundo, e que cumpriu a sua carreira militar: de guarda-marinha em 1951 a contra-almirante em 1998, por honrosa distinção. Oficial operacional a bordo, de envolta com lugares de chefia de grande responsabilidade e melindre, entre os quais a partir de 1986 como director do Serviço de Documentação Geral da Marinha e depois do Património Histórico e Cultural da Marinha (até 2003).

De uma maneira exuberante proclamava o seu amor a Portugal, e a verdade é que sempre que podia cá o tínhamos a colaborar em quantas actividades requeriam o seu saber e o seu pronto e desinteressado empenhamento. Num período em que em Portugal os estudos de história da cartografia tinham poucos cultores habilitados para a transmissão desses saberes – como Inácio Guerreiro ou Maria Emília Madeira Santos, pois Luís de Albuquerque (1917-1992) tendo-se aproximado, continuava sobretudo um especialista e cultor de história da náutica –, era a Max Justo Guedes que mais se recorria. E não pouco apoio e auxílio prestava a quantos se lhe apresentavam intentando estudar as matérias que dominava. Pelo Rio de Janeiro passaram, valendo-se da sua generosidade e dedicação, José Alfredo Pinheiro Marques, Mário Clemente Ferreira, André Ferrand de Almeida e Ângela Domingues, entre outros. Aproveitaram dos seus ensinamentos, criaram as suas próprias obras e delinearam investigações pertinentes – é o que se pode pedir a uma acção promotora de inovações.

Nos anos noventa do século xx juntaram-se-lhes especialistas em história da cartografia que entretanto se tinham ido formando na Faculdade de Letras de Lisboa em redor da Professora Suzanne Daveau: João Carlos Garcia, Maria Fernanda Alegria e Joaquina Feijão. Junção de interesses que passou pela realização da XVII Conferência Internacional da História da Cartografia promovida pela *Imago Mundi* em 1997, que Luís de Albuquerque tinha conseguido marcar para Lisboa e que se efectuou com o patrocínio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Exposições, publicações, conferências e cursos especializados foram feitos – e a tudo o Almirante deu a sua assistência, a todos emprestou a sua sabedoria. Encarregando-se mesmo de fazer transportar para Lisboa peças cartográficas antigas, a fim de figurarem nas seis exposições então realizadas em simultâneo – e para cujos catálogos escreveu textos esclarecedores.

Foram a sua competência, disponibilidade e generosidade reconhecidas por Portugal: não lhe faltaram veneras (Santiago, Cristo); não esteve em falta a universidade, que pela Universidade Nova de Lisboa o fez doutor *honoris causa*; foi tido como um especialista ímpar em matérias como a história da

cartografia e da náutica. Nem lhe faltaram os amigos, que sempre o acari-nharam e que sempre que puderam o visitaram, até meses antes do seu falecimento. E a quem sempre acolhia calorosamente na sua residência do Leblon no Rio de Janeiro, ou no seu escritório dos serviços oficiais que comandava ou dirigia. O acolhimento que dava às iniciativas da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses com que colaborava activamente resultou em êxitos perduráveis, em especial as exposições montadas no Espaço Cultural da Marinha. Ou vindo a Lisboa, para encontros, colóquios, congressos e conferências. Com ele sempre havia que contar – como um dia que nos regalou com as suas observações sobre o mapa de Cantino que pela primeira vez vinha a Lisboa. Quinhentos anos, quase, depois de ter sido ilegalmente levado para Itália.

Entre as suas muitas preocupações como historiador, avulta a questão central do descobrimento do Brasil. Max Justo Guedes não aceitou sem mais o que outros tinham avançado. Havia que repensar trabalhos anteriores, fossem eles de Gago Coutinho, Duarte Leite, Jaime Cortesão ou Luís de Albuquerque (amigo fraternal). Entendeu dever investigar, não apenas nos textos escritos que nos restam – carta de Pêro Vaz de Caminha, carta de Mestre João e outros testemunhos –, mas em tudo aquilo que se revela e aquilo que se esconde. Para o que se impunha conhecer detalhadamente o espaço em que a chegada se teria dado. Max Justo Guedes entendeu usar todos os meios ao seu alcance para chegar a conclusões que pretendia sólidas. Para isso navegou em navios junto à costa de Porto Seguro (baía Cabrália) e mesmo usou o voo em helicóptero para averiguar da visibilidade do monte Pascoal que serviu de ponto de referência para a aproximação de terra da armada de Cabral a 21/22 de Abril de 1500. Pode discordar-se das suas conclusões. Mas há que sobretudo reconhecer a seriedade da pesquisa elaborada e a clareza das conclusões a que chegou.

Frequentes vezes Max Justo Guedes estudou e aperfeiçoou a sua interpretação do descobrimento do Brasil. Fê-lo pela primeira vez em 1960, mas sobretudo a partir de 1975 e do capítulo, expressamente redigido para a *História Naval Brasileira*, que intitulou «O descobrimento do Brasil». E depois de novas pesquisas, com meios mais complexos, a partir de 1979. Terras a ocidente do oceano Atlântico de cuja existência havia forte suspeita em Portugal? O Almirante defendia que sim: para o que se apoia na palavra de D. João II a Colombo afirmando suas as terras a oeste do Atlântico, a batalha diplomática que leva ao afastamento mais para oeste do meridiano traçado em Tordesilhas, a referência a uma expedição também para oeste comandada por Duarte Pacheco Pereira e outros indícios que pretende ler na documentação. Quer no uso dos documentos e fragmentos documentais subsistentes, quer no uso dos relatos cronísticos, Max Justo Guedes é sempre o historiador consciencioso e cuidadoso que se pode esperar. Não desprezando nenhum indício que possa carrear para esclarecer a questão posta. Nem sempre convincente? Pela certa.

O marinheiro presta especial atenção ao que se lê no fragmento das chamadas instruções de Vasco da Gama para Pedro Álvares Cabral. Onde alguma coisa, não muita, se revela do conhecimento do regime de ventos do Atlântico, que considera «fruto da excepcional capacidade náutica dos marujos lusos». Rota de tal modo precisa que pelo conjunto dos elementos conhecidos parece já experimentada. De tal modo que consegue cartografá-la sem hesitações. O mesmo fizera anteriormente, no entanto com menos clareza expositiva, o almirante Gago Coutinho, logo em 1943. No entanto, a grande novidade do estudo de Max Justo Guedes está na explicação da aproximação a terra em Porto Seguro – baía Cabrália. Ponto de partida, o aspecto revelado pelo monte Pascoal a bordo das naus, consoante a aproximação se faça de sueste, como conclui, ou de nordeste ou de leste – como pareceria mais provável. Baseado nas informações de Pêro Vaz de Caminha para a vista obtida a 21 e 22 de Abril de 1500. Daí a frota se encaminha rumando para norte ao longo da costa para a depois denominada baía Cabrália. Onde foi o fundeadouro da armada durante a sua estadia na Terra de Santa Cruz. Assim o determinara Jaime Cortesão, assim o aceita e defende Max Justo Guedes – também aqui discípulo do Mestre.

A experiência do marinheiro e especialista em náutica e cartografia vai aumentando, como também o seu crescente prestígio lhe vai abrindo novas possibilidades de investigação. É assim que aproveitando a missão de reconhecimento e fotografia de todo o litoral brasileiro entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte, em 1979, pôde observar de helicóptero o trecho da costa a que chegou Cabral. E nele observar com todo o cuidado como se contemplava a descrição de Pêro Vaz de Caminha – «Primeiramente um grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos.» Para ver as coisas desse modo, teria a armada de vir demandando a terra pelo quadrante de sueste. O que significa uma procura intencional de terra, que não apenas uma guinada mais para oeste. Voando de helicóptero, «na altura aproximada do cesto da gávea», o experiente marinheiro só observa a descrição correspondente à de Pêro Vaz vindo «exactamente de sueste!». E o almirante-historiador conclui: «é que a arribada foi proposital, intencional, para reconhecer a terra suspeitada já em Portugal e convenientemente situá-la para apoio na rota da Índia e não um encontro casual quando a armada passava ao largo da costa».

Tinha razão Max Justo Guedes, será a sua demonstração tão cabal e irresponsável como seria para desejar? Talvez não, e amigos muito próximos, como Luís de Albuquerque, sem deixar de reconhecer a qualidade da demonstração, nem por isso a aceitavam. Seja como for, a prova principal, a de que a história da descoberta deveria ser refeita ficava a dever-se-lhe.

Como este, inúmeros assuntos que o historiador desenvolveu, sempre com o máximo escrúpulo e a mais estrita observação das metodologias adequadas. Que o seu saber também de experiências feito – porque não lhe bastava ter uma riquíssima biblioteca – se alimentava. E alimentava quantos se lhe acercavam, quando boa vontade, gosto pelo trabalho e seriedade constatava. Nunca lhe seremos tão gratos quanto devemos.